



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.04130009/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Maravilha/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 01 – PRODUTOS CARNEOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL/ ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Carne moída de 1º qualidade Tipo patinho ou músculo; Congelada; Isenta de cartilagem e com no máximo 5% de gordura. Moída no dia da entrega; Sem adição de temperos; Aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas ou aparência pegajosa; Livre de parasitas, sujidades e qualquer substância contaminante que possa alterá-la; Embalagem plásticas em acumulo de líquido em seu interior, com identificação do produto; Rótulo contendo data de abate, peso, validade de resfriamento e congelamento, temperatura de estocagem; Inspeccionado pelo MAPA (Ministério da Agricultura), que tenha SIF (Serviço de Inspeção Federal). Referência: Embalagem plástica de 1 kg. Ok	KG	300	R\$ 52,63	R\$ 15.789,00
2.	Carne de frango com osso (coxa e sobrecoxa) Congelada; sem adição de temperos; A alimentação das aves construídas exclusivamente de origem vegetal; proibido uso de promotores de crescimento e quimioterápicos (antibióticos). Embalagem plástica em plástico transparente e atóxico, sem acumulo de liquido em seu interior; rotulo identificação do produto, contendo data de abate,	KG	200	R\$ 19,39	R\$ 3.878,00



	peso, validade de resfriamento e congelamento, temperatura de estocagem; deve ter controle sanitário previsto em lei, como serviço de inspeção Municipal (SIM). Entregar o pedido em menos de 24 horas do abate. Referência: Embalagem com aproximadamente 1kg. Ok				
3.	Carne de frango sem osso (Filé de Peito de Frango) Tipo filé de peito de frango; Congelada; sem adição de temperos; embalagem plástica sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto; rótulo contendo data de abate, peso, validade de resfriamento e congelamento, temperatura de estocagem; inspecionado pelo MAPA (ministérios da agricultura), que tenha SIF (serviço de inspeção federal) e com baixo teor de sódio. Referência: embalagem plástica de 1Kg.	KG	300	R\$ 33,69	R\$ 10.107,00
4.	Ovo Grande	UND	1000	R\$ 3,44	R\$ 3.440,00
5.	Proteína De Soja, 400G	PCT	150	R\$ 8,85	R\$ 1.327,50
6.	Queijo Parmesão, 50G	PCT	200	R\$ 8,95	R\$ 1.790,00
7.	Salsicha Tipo Hot Dog	KG	300	R\$ 17,43	R\$ 5.229,00
8.	Sardinha Em Conserva Tipo Pescada, lata de 125g	UND	1500	R\$ 7,35	R\$ 11.025,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 52.585,50	

LOTE 02 – CEREAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL/ ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9.	Achocolatado em Pó Embalagem integral - sem sujidades, livre de bolores; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses da entrega. Referência: Embalagem 400 g	UND	800	R\$ 11,56	R\$ 9.248,00



10.	Açúcar Cristal - Embalagem íntegra; granulado, cor clara, sem umidade e sujidades; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 9 meses da entrega. Referência: Pacotes de 1 kg	KG	500	R\$ 5,92	R\$ 2.960,00
11.	Amido de Milho - Embalagem íntegra; sem sujidades, livre e bolores; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 9 meses de entrega. Referência: Caixa de 500 g	UND	300	R\$ 12,42	R\$ 3.726,00
12.	Arroz Branco - Tipo 1; Embalagem íntegra; longo, fino, sem sujidades, parasitas, larvas e bolores; constituído de grãos inteiros, a condicionado sem saco plástico a tóxico e transparente; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses da entrega. Referência: Embalagem de 1 kg	KG	600	R\$ 6,49	R\$ 3.894,00
13.	Bolacha Salgada - Tipo cream cracker, com sal, elaborado com composição a base de farinha de trigo, sal, enriquecida com ferro e ácido fólico, outras substâncias permitidas, acondicionado em embalagem primária plástica atóxica, íntegra, transparente; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses da entrega. Referência: Pacotes de 360g.	PCT	2000	R\$ 6,63	R\$ 13.260,00
14.	Biscoito Doce Tipo Maisena/Maria - Tipo maisena ou maria, sabor e cor característicos, textura crocante; A condicionado em embalagem primária plástica atóxica,ok íntegra, transparente; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso,	PCT	2000	R\$ 6,59	R\$ 13.180,00



	fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses da entrega. Referência: Pacotes de 360g.				
15.	Biscoito Doce Tipo rosquinha - Tipo rosquinha ao leite, sabor e cor característicos, textura crocante; A condicionado em embalagem primária plástica a tóxica, íntegra, transparente; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses da entrega. Referência: Pacotes de 300 g	PCT	2000	R\$ 7,64	R\$ 15.280,00
16.	Café em Pó 250g – À vácuo, primeira qualidade, com selo da ABIC, isenta de grãos, torra do e moído, aroma e sabor característicos de regular a intenso; A condicionado em embalagem primária plástica atóxica, íntegra, transparente, hermeticamente vedada; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 3 meses da entrega. Referência: Pacotes de 250 g	PCT	500	R\$ 25,56	R\$ 12.780,00
17.	Canela em pó - Especiaria em pó; primeira qualidade; A condicionado em embalagem plástica transparente, íntegra e atóxica, resistente e hermeticamente vedada; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses da entrega. Referência: Embalagem de 35g.	PCT	50	R\$ 5,86	R\$ 293,00
18.	Condimento - Colorífico em pó fino homogêneo elaborado a partir de Urucum; A condicionado em embalagem plástica transparente e atóxica, resistente e hermeticamente vedada; Rótulo contendo: identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação; O produto deverá apresentar validade	PCT	100	R\$ 2,64	R\$ 264,00



	mínima de 6 meses da entrega. Referência: Embalagem de 100 g				
19.	Farinha de Mandioca - utilizado na alimentação, produto obtido geralmente de cereais moídos, como trigo ou de outras partes vegetais ricas em amido, como a raiz da mandioca. Denomina-se "integral" se, na sua elaboração, o grão inteiro for moído: a parte interna, as cascas e o gérmen	KG	150	R\$ 7,98	R\$ 1.197,00
20.	Farinha de Milho Flocada – Fubá de milho (massa para cuscuz), simples, do grão de milho moído; de cor amarela; com aspecto cor, cheiro e sabor próprio; com ausência de umidade, fermentação, ranço; isento de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima 10 meses a contar da entrega. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria RDC263 de 22 de setembro de 2005. Referência: Embalagem de 500 g	KG	300	R\$ 6,17	R\$ 1.851,00
21.	Farinha de Trigo com fermento embalagem 1kg - Farinha de trigo, ferro e ácido fólico (vitamina B9), sal, fermentos químicos: pirofosfato ácido de sódio, bicarbonato de sódio y fosfato monocalcico.	KG	600	R\$ 12,31	R\$ 7.386,00
22.	Feijão Carioca – Feijão é uma semente com alto teor nutritivo. Rico em proteína e ferro. Informações nutricionais no rotulo. Embalagem de	KG	50	R\$ 10,83	R\$ 541,50
23.	Leite de Coco – Produto obtido de leite de coco, pasteurizado e homogeneizado, em embalagem de vidro, podendo conter conservantes, acidulantes e/ou espessantes. Ingredientes: Leite de coco, água. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses da entrega. Referência: Embalagem de vidro com 500 ml.	UND	300	R\$ 10,00	R\$ 3.000,00
24.	Leite em Pó Integral – Leite em pó integral, obtido pela desidratação do leite bovino pasteurizado, apresentando-se como pó homogêneo, de coloração branca a levemente amarelada, com odor e sabor característicos. Deve estar livre de umidade excessiva, grumos duros, sujidades, insetos, corpos estranhos	PCT	1000	R\$ 23,15	R\$ 23.150,00



	ou qualquer tipo de contaminação. Acondicionado em material resistente, atóxico, selado e íntegro, sem vazamento, furos ou violação, em embalagens de 400g.				
25.	Leite em pó integral sem lactose , Leite em pó integral, semidesnatado ou desnatado 100% isento de lactose , obtido pela desidratação do leite bovino, destinado ao consumo humano. Deve apresentar coloração branca a levemente amarelada, odor e sabor característicos, livre de grumos, sujeiras ou materiais estranhos. O produto deve obedecer às normas: RDC 136/2017 – Alegações de ausência de lactose RDC 429/2020 e IN 75/2020 – Rotulagem nutricional Instruções Normativas do MAPA para leite em pó (IN 28/2007 e atualizações) Padrões microbiológicos – RDC 331/2019 Referência: Embalagem de 300 g	LATA/PA COTE	200	R\$ 27,21	R\$ 5.442,00
26.	Leite Desnatado em pó - Leite em pó desnatado , obtido pela desidratação do leite bovino pasteurizado, com teor máximo de gordura estabelecido em legislação. Produto deve ser homogêneo, em forma de pó fino, de coloração branca a levemente amarelada, com sabor e odor característicos, isento de grumos duros, umidade excessiva, insetos, sujidades ou qualquer tipo de contaminação. Em embalagens de 200g.	PCT	200	R\$ 14,55	R\$ 2.910,00
27.	Macarrão tipo Espaguete – Massa instantânea com ovos tipo Espaguete. Ingredientes: Sêmola de trigo, ovos, amido de milho, corante natural cúrcuma e urucum. Contém glúten. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 meses da entrega. Referência: Pacote 500 g.	PCT	1000	R\$ 7,48	R\$ 7.480,00
28.	Macarrão tipo Parafuso – Macarrão tipo parafuso (fusilli) , elaborado a partir de sêmola de trigo duro e ovos, conforme legislação brasileira. Produto seco, próprio para	PCT	1000	R\$ 10,07	R\$ 10.070,00



	alimentação humana, com coloração uniforme, odor e sabor característicos, isento de sujidades, infestação, umidade excessiva, corpos estranhos, mofo, alterações sensoriais ou qualquer evidência de deterioração. Referência: Pacote 500 g.				
29.	Margarina – Com sal; de 30% a 60% de lipídios em sua composição nutricional, embalado em potes plásticos, fechados, e proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial. Embalagem íntegra. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses da entrega. Referência: Embalagem 250 g	UND	2000	R\$ 7,21	R\$ 14.420,00
30.	Milho para Mungunzá – Grãos de milho amarelo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses da entrega. Referência: Embalagem de 500 g	KG	300	R\$ 6,54	R\$ 1.962,00
31.	Milho verde - Milho verde industrializado, obtido de grãos de milho (<i>Zea mays L.</i>) selecionados, higienizados, cozidos e acondicionados em lata ou embalagem plástica apropriada (polpa ou grãos inteiros), pronto para consumo ou uso culinário. O produto deve apresentar coloração amarela uniforme, textura macia e sabor adocicado característico do milho verde, isento de odores estranhos, mofo, insetos, corpos estranhos ou qualquer evidência de deterioração. Referência: Embalagem 200 g	PCT	200	R\$ 7,66	R\$ 1.532,00
32.	Molho de Tomate - o molho de tomate deverá apresentar; tomate, podendo ser acrescido de polpa de tomate, e ser preparado com frutos maduros. O produto deverá ser obtido, processado, embalado, armazenado, transportado e conservado em condições que não produzam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a	UND	500	R\$ 3,29	R\$ 1.645,00



	saúde do consumidor. O produto deverá apresentar validade mínima de 8 meses de entrega. Referência: Embalagem de 310 g				
33.	Óleo de Soja - Óleo vegetal comestível. O produto deverá apresentar validade mínima de 8 meses da entrega. Referência: Embalagem de 900 ml	UND	150	R\$ 13,18	R\$ 1.977,00
34.	Sal Refinado - Refinado e Iodado, acondicionados em embalagens transparentes. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses da entrega. Referência: Embalagem de 1Kg	KG	100	R\$ 2,95	R\$ 295,00
35.	Vinagre Condimentado - Produto natural fermentado, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso e detritos de animais e vegetais, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e o peso líquido. Referência: Embalagem de 750 ml	UND	200	R\$ 3,46	R\$ 692,00
36.	Xerém (Canjiquinha de milho) - obtido do grão de milho quebrado e degerminado, destinado ao consumo humano. Produto seco, granulado, de cor amarela característica, livre de impurezas, umidade excessiva, mofo, corpos estranhos, insetos ou qualquer forma de contaminação. Referência: Pacote 500 g.	PCT	1000	R\$ 6,48	R\$ 6.480,00
37.	Creme De Leite Cx 200g	CX	500	R\$ 5,04	R\$ 2.520,00
38.	Coco Ralado, 100g	PCT	50	R\$ 6,50	R\$ 325,00
39.	Caldo De Carne, Embalagem C/ 114g	UND	200	R\$ 17,33	R\$ 3.466,00
40.	Leite Condensado Cx 395g	UND	500	R\$ 10,48	R\$ 5.240,00
41.	Milho Para Pipoca 500g	KG	300	R\$ 9,47	R\$ 2.841,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$181.307,50	



LOTE 03 – FRESCOS E POLPAS DE FRUTA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL/ ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42.	Concentrado Líquido Para Refresco Sabor Maracujá, 500ml	UND	1000	R\$16,46	R\$16.480,00
43.	Concentrado Líquido Para Refresco Sabor Uva, 500ml	UND	1000	R\$11,43	R\$11.430,00
44.	Concentrado Líquido Para Refresco Sabor Caju, 500ml	UND	1000	R\$7,09	R\$7.090,00
45.	Polpa de frutas – Sabor MANGA Polpa de fruta 100% natural , obtida a partir de frutas frescas, maduras e selecionadas, higienizadas, processadas e congeladas ou pasteurizadas. O produto deve apresentar cor, sabor e aroma característicos da fruta, textura homogênea, isento de grumos, sementes (quando não se tratar de polpa com caroço), cascas, resíduos, insetos ou qualquer contaminação. Embalagem de 1kg.	UND	2.500	R\$9,86	R\$24.650,00
46.	Polpa de frutas – Sabor MARACUJA Polpa de fruta 100% natural , obtida a partir de frutas frescas, maduras e selecionadas, higienizadas, processadas e congeladas ou pasteurizadas. O produto deve apresentar cor, sabor e aroma característicos da fruta, textura homogênea, isento de grumos, sementes (quando não se tratar de polpa com caroço), cascas, resíduos, insetos ou qualquer contaminação. Embalagem de 1kg.	UND	2.500	R\$37,56	R\$93.900,00
47.	Polpa de frutas – Sabor GOIABA Polpa de fruta 100% natural , obtida a partir de frutas frescas, maduras e selecionadas, higienizadas, processadas e congeladas ou pasteurizadas. O produto deve apresentar cor, sabor e aroma característicos da fruta, textura	UND	2.500	R\$11,40	R\$28.500,00



	homogênea, isento de grumos, sementes (quando não se tratar de polpa com caroço), cascas, resíduos, insetos ou qualquer contaminação. Embalagem de 1kg.				
48.	Polpa de frutas – Sabor ACEROLA Polpa de fruta 100% natural , obtida a partir de frutas frescas, maduras e selecionadas, higienizadas, processadas e congeladas ou pasteurizadas. O produto deve apresentar cor, sabor e aroma característicos da fruta, textura homogênea, isento de grumos, sementes (quando não se tratar de polpa com caroço), cascas, resíduos, insetos ou qualquer contaminação. Embalagem de 1kg.	UND	2.500	R\$11,88	R\$29.700,00
49.	Suco De Fruta Em Caixa Embalagem 200ml Diversos Sabores	UND	3000	R\$4,21	R\$12.630,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03				R\$224.380,00	

LOTE 4 - PRODUTOS DE PADARIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL/ ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
50.	Pão Seda – De primeira qualidade; fresco, macio; produzido no dia da entrega; Acondicionado em embalagem adequada para o produto; isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo; Rótulo contendo ingredientes, data de validade, peso e temperatura de estocagem. Referência: Unidade 50 g	UND	2000	R\$6,49	R\$12.980,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04				R\$12.980,00	

LOTE 5 – DOCES E REFRIGERANTES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL/ ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
51.	Bala Doce Diversos Sabores, 600g	PCT	500	R\$17,80	R\$8.900,00
52.	Bombons 1ª Qualidade , Pacotes Com 50 Unidades Cada, Sabores Variados (Tipo Sonho De Valsa E Ouro Branco).	PCT	200	R\$97,00	R\$19.400,00
53.	Goiabada – Doce De Goiaba Sem Casca Embalagem 500g	UND	500	R\$9,41	R\$4.705,00
54.	Biscoito Wafer Sabores Diversos, 80g	PCT	2500	R\$3,99	R\$9.975,00



55.	Pipoca Pronta 45g (Tipo Bokus, Gravatá)	PCT	2000	R\$4,88	R\$9.760,00
56.	Pirulito Doce, 600g	PCT	500	R\$19,49	R\$9.745,00
57.	Refrigerante De Guaraná 2lt	UND	50	R\$11,38	R\$569,00
58.	Refrigerante De Cola 2 Lt	UND	50	R\$12,65	R\$632,00
59.	Refrigerante De Cola Caçulinha 237ml	UND	2000	R\$5,93	R\$11.860,00
60.	Refrigerante De Guaraná Caçulinha 237ml	UND	2000	R\$4,17	R\$8.340,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05			R\$83.886,50		

1.2. Os quantitativos foram baseados nas demandas auferidas pelas quantidades anteriores pela Secretaria de Assistência Social de Maravilha/AL.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.1.2. Na presente contratação não será realizada a indicação de marcas.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura da ordem de fornecimento, remessa parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Maravilha/AL.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Maravilha/AL.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo



constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.



7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o



contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária correspondente.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente,



conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto produto será entregue com 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura da ordem de fornecimento.

8.3. No que diz respeito aos serviços, obedeceram ao planejamento constante no item 5.3.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 dias contados da data da sua apresentação- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. A licitante deverá comprovar o capital social mínimo de 10% (Dez por cento) do valor total do lote estimado da contratação;

Qualificação Técnica

8.22. Comprovação de execução de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação (Gêneros Alimentícios), mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item do Lote licitado(s) atestado(s) deverão referir-se a serviço(s) prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do



contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.
- 9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
 - 9.4. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 9.5. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 9.6. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - 9.7. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Prefeitura Municipal de Maravilha/AL.

Maravilha/AL, 13 de abril de 2026.

Lucia Paula Alves Barbosa
Secretária Municipal de Assistência Social